



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
*CAMPUS SOBRAL*  
CURSO DE PSICOLOGIA

MARIA CLARA PRADO VASCONCELOS

TRAJETÓRIA DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: UMA REVISÃO  
INTEGRATIVA.

SOBRAL  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

V451t Vasconcelos, Maria Clara Prado.  
Trajetória de Jovens em Conflito com a Lei : Uma revisão integrativa / Maria Clara Prado Vasconcelos. –  
2018.  
33 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral,  
Curso de Psicologia, Sobral, 2018.  
Orientação: Profa. Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha.

1. Juventude em conflito com a lei. 2. Vulnerabilidade social. 3. Revisão integrativa. I. Título.

CDD 150

---

MARIA CLARA PRADO VASCONCELOS

TRAJETÓRIA DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: UMA REVISÃO  
INTEGRATIVA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia, *Campus* Sobral, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha.

SOBRAL

2018

MARIA CLARA PRADO VASCONCELOS

TRAJETÓRIA DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: UMA REVISÃO  
INTEGRATIVA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia, *Campus* Sobral, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Dra. Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro  
Universidade Federal do Ceará - UFC

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender de que forma aspectos sociais, econômicos e culturais da vida de jovens em conflito com a lei estão aparecendo em artigos científicos de Psicologia. Os dados foram levantados a partir de uma revisão integrativa de artigos buscados nas bases de dados Scielo e Psyc, entre os anos de 1999 e 2018, com os descritores “jovens”, “conflito com a lei” e “infratores”. Foram selecionados oito artigos que trabalhavam o tema de acordo com os objetivos do presente trabalho. Os principais resultados encontrados dizem respeito às organizações familiares desses jovens, que majoritariamente são monoparentais, ou seja, compostas apenas pela mãe, às altas taxas de evasão escolar e repetência entre esses jovens e ao contato precoce com drogas ilícitas. Também constata-se a baixa quantidade de estudos recentes sobre a temática, uma vez que apenas dois dos oito artigos selecionados datam dos últimos cinco anos. A elaboração de novos estudos sobre a temática também se faz necessária para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas à realidade de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

**Palavras-chave:** Juventude em conflito com a Lei. Vulnerabilidade Social. Revisão integrativa.

## ABSTRACT

This study aims to understand how the social, economic and cultural aspects of the young people's lives in conflict with the law are appearing in psychology articles. The data was collected on the databases Scielo and Pepsic between 1999 and 2018. The descriptors used were young, in conflict with the law and offenders. Eight articles that focused on the theme were selected according to the objectives of this study. The main results found are about these young people families organization, that are mostly single-parent families, which means that are formed just by the mother, the school evasion high rates, the repentance and the precocious contact with illicit drugs. We also saw the low amount of recent studies about the theme since only two of the eight articles selected date back to five years ago. The elaboration of new studies on the theme is also necessary to the development of politics suitable to the reality of these children and young people in social vulnerability situations.

**Keywords:** Young People in conflict with the law; Social vulnerability; Integrative review;

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida e por ter me auxiliado a conduzir este caminho.

À minha mãe, Matildes, pela inspiração que representa em minha vida e pelas orações para que eu conseguisse terminar este trabalho.

Ao meu pai, Antonio Luís, pela aceitação e por ter desempenhado este papel de forma tão bonita na minha vida.

Aos meus irmãos, Hiana, por ser minha maior fonte de força, e Luís Antonio, por ter me ensinado sobre o amor mais puro de todos.

Ao meu amor, Fernando, por ter sido fonte inesgotável de companheirismo e paciência, sendo meu porto seguro nos dias de angústia.

À Valéria, por ter me oferecido suporte durante todo o percurso de elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos, presentes da Psicologia e presentes nestes cinco anos: Vanessa, Lílian, Valéria, Ítalo, Bruna, Kelviane, Indara e Alana. A caminhada foi mais leve ao lado de vocês.

À minha orientadora, Nara, por ter aceitado orientar este trabalho mesmo quando a vida soprou novos ventos em sua direção, e por tê-lo feito com tanto cuidado e paciência.

Às minhas tias, aos meus tios e primas pelo apoio e por acreditarem nos meus sonhos.

À todas as minhas amigas, de infância e do curso de Ciências Sociais, pois fazem parte da minha história e dessa conquista, em especial à Caroline por ter dito “vai” quando eu não acreditava que poderia dar certo.

Ao Programa Auxílio Moradia, por permitir que eu permanecesse neste curso e realizasse o sonho da primeira graduação do meu núcleo familiar.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA</b>	<b>11</b>
<b>3. COMPREENDENDO A JUVENTUDE NA PESQUISA CIENTÍFICA</b>	<b>13</b>
<b>4. OBJETIVO GERAL</b>	<b>17</b>
4.1 Objetivos Específicos	17
<b>5. METODOLOGIA</b>	<b>18</b>
<b>6. RESULTADOS</b>	<b>19</b>
6.1 Relações familiares	20
6.2 Situação Escolar	25
6.3 Drogas	28
6.4 Condições Socioeconômicas	28
<b>7. DISCUSSÃO</b>	<b>30</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>33</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, um dos mais importantes desdobramentos da Constituição Federal de 1988, reconhece a criança e o adolescente de forma que até então não haviam sido reconhecidos: como sujeitos de direitos. Baseado nos artigos 227 e 228 da Carta Magna brasileira, que determinam ser dever da família, da sociedade e do Estado garantir, com absoluta prioridade, à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, além de direito à cultura, ao respeito, à dignidade, à liberdade, ao lazer, à profissionalização, à convivência familiar e comunitária e assegurá-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, além de não poderem ser acusados ou responsabilizados penalmente antes dos 18 anos de idade, visto que estão sujeitos a uma legislação especial. O ECA é um dos mais valiosos resultados de reivindicações de movimentos sociais da década de 80 no Brasil. O seu principal objetivo é a proteção integral da criança e do adolescente.

É sabido que as instituições que deveriam ser verdadeiras protetoras, tal qual o Estado, a família e a sociedade civil, não cumprem de fato tal incumbência constitucional, especialmente no que tange às classes sociais mais vulneráveis. Prova disso é a quantidade de crianças assistidas em abrigos domiciliares, vivendo nas ruas e de jovens que são assistidos por programas socioeducativos, por estarem em conflito com a lei. Como apontam Coimbra e Nascimento (2005), a tentativa do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal de universalizar os direitos desta faixa etária específica da população, apesar de prever que se levem em conta os fins sociais a que a lei se dirige, acaba negligenciando as diferenças sócio culturais e as classes sociais dessas crianças e jovens, como se a lei fosse funcionar da mesma forma para um jovem de periferia e para um da classe média.

Paiva e Oliveira (2015) discutem a relação entre juventude e violência no Brasil, relacionando jovens tanto como autores quanto vítimas de violência. As autoras apresentam dados que mostram que pessoas nessa faixa etária compõem o grupo mais vulnerável da população brasileira e questionam quais as possibilidades reais de esses jovens construírem vivências positivas em meio a toda essa violência à qual estão submetidos. Discutindo a relação do Estado, da mídia e, principalmente, do sistema capitalista acerca de como se trata o jovem no Brasil, as autoras ressaltam que não se pode pensar no aumento da violência urbana e o envolvimento de jovens em atos infracionais a

partir de um prisma individual, deve-se considerar as desigualdades estruturais e as consequências que marcam nossa forma de sociabilidade nos moldes do nosso sistema econômico.

## 2. JUSTIFICATIVA

Pensando nessas questões, este trabalho visa discutir de que forma as violações desses direitos fundamentais dos jovens estão aparecendo nas publicações de pesquisas em psicologia que abordam os fatores associados à história de vida de jovens em conflito com a lei. Esta sistematização é importante, uma vez que possibilita o questionamento e a problematização acerca das estratégias que a psicologia poderia traçar para diminuir esses fatores. Além disso, a revisão de literatura acerca do tema abre caminho para novas pesquisas, pois aponta os elementos que aparecem mais recorrentemente e também poderá apresentar os conflitos entre os resultados dos trabalhos estudados. Afirmar a importância da sistematização dos artigos sobre essa temática é proporcionar uma das atividades mais importantes da psicologia, qual seja a compreensão da importância da história de vida e do contexto sócio cultural e econômico do sujeito para a formação da sua subjetividade e do seu comportamento em sociedade.

Ao falarmos sobre jovens, especialmente no contexto científico, precisamos tomar alguns cuidados, uma vez que é necessário se reconhecer em um local de produção de conhecimento, além de se falar de uma realidade que não lhe é mais pertencente. Muito mais do que se tratar sobre uma fase de vida situada entre a infância e a idade adulta, falar sobre jovens requer atenção para diversos fatores intrínsecos às suas condições biológicas, psicológicas e, é claro, sociais. A juventude, além de outros fatores, também é muito importante, por trazer à tona, na vida do indivíduo, as principais aquisições de habilidades sociais, atribuição de deveres, responsabilidade e, principalmente, afirmação da identidade. (UNFPA, 2010, p. 15)

Em um documento sobre os direitos da população jovem, o Fundo de População das Nações Unidas (2010, p. 15) propõe que, para compreender o jovem, é importante considerar suas especificidades, respeitando suas formas peculiares de interpretar o mundo e analisá-las em relação aos diferentes *lócus* de sociabilidade e interações sociais: a família, a escola, os grupos e o mundo do trabalho, pois cada um deles possuem significantes bem diferentes para cada indivíduo, a depender de seu contexto, sua orientação sexual, sua condição econômica, a classe social, a etnia, o gênero, entre outros. Cada um desses fatores irá exercer uma influência diferente sobre cada jovem, e muitas vezes farão com que não consigam ter uma trajetória de realização pessoal e social, que acabará por impactar na sua vida de diversas formas.

Além dos elementos citados anteriormente, a UNFPA também situa que, especialmente quando se trata sobre ressocialização do/a jovem, é importante considerar os hábitos, valores, atitudes e linguagens desses indivíduos como dados e não como um “problema”, uma vez que o conceito de certo ou errado é algo construído culturalmente e é preciso respeitar a cultura desses sujeitos. O documento ainda ressalta que “é no respeito a essas características próprias que é possível construir espaços de entendimento efetivamente dialógicos, onde a/o jovem possa se tornar agente efetivo do próprio desenvolvimento, tratando dos temas que afetam sua vida” (2010, p. 17). Assim, além de levar em consideração suas condições socioeconômicas e culturais, é preciso respeitar as possíveis diferenças que surgirem entre as realidades em questão, para não impor ao jovem algo que não faz parte da realidade dele.

### 3. COMPREENDENDO A JUVENTUDE NA PESQUISA CIENTÍFICA

De acordo com Abramo (1997), a forma como se tem pensado sobre a juventude – tanto pela opinião pública como na academia - diz respeito a uma categoria que representa e simboliza os dilemas da contemporaneidade. Esse pensamento se manifesta porque a juventude tem sido vista como categoria geracional, que substitui a geração atual. Assim, é essa geração quem condensa as angústias, os medos e esperanças a respeito das tendências sociais do presente e a influência que essas tendências representam para a conformação social futura (1997, p.29). Desta forma, a temática da juventude tem sido predominantemente abordada sob uma perspectiva pessimista, com temáticas sobre violência, vulnerabilidade, rebeldia, carência, formas de manter essa parcela da população ocupada (programas de profissionalização, entre outros). Isso porque os adultos que produzem estes conteúdos a observam como reflexo do seu atual estado de angústia.

A juventude é o momento em que o indivíduo vai iniciar sua vida no mundo como um sujeito social livre que contribui para o mantimento da sociedade, por meio do trabalho, momento em que o homem deve colocar em prática os valores “ensinados” pela sociedade. Quando essa continuidade social não se concretiza, é que se manifesta a preocupação com esses jovens. Ainda de acordo com Abramo (1997, p. 29), “a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade.” De forma vertical, impõe-se para a juventude programas que nem sempre ela está interessada em desenvolver. Daí manifesta-se a importância da participação dos jovens na elaboração de ferramentas de socialização a eles destinadas.

Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e a para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. (ABRAMO, 1997, p.29)

Pensar a juventude para além da perspectiva do adulto, incentivando sua participação social tanto nas produções acadêmicas quanto na elaboração de políticas públicas destinadas a eles próprios, pode vir a ser uma forma de diminuir as vulnerabilidades por

eles enfrentadas, uma vez que seriam desenvolvidos programas que, de fato, eles se identificam e se interessam.

Abramo (1997) aponta ainda que os jovens, apesar da crescente visibilidade que tem se tentado dar à juventude atualmente, permanecem como semi invisíveis, uma vez que são sempre abordados como vítimas, mesmo por quem se preocupa com eles. A juventude, em si, tem sido vista como encarnação de todos os dilemas enfrentados pela sociedade. Assim, é difícil que eles sejam vistos, ouvidos e entendidos como sujeitos que apresentam suas próprias questões, sendo sempre encarados como objeto da angústia dos adultos.

Lucia Rabelo Castro (2011) parte da premissa de que os jovens tem sido objeto do discurso do outro, da geração seguinte ou mesmo dos saberes disciplinares, e que isto tem provocado um silenciamento dessa juventude, uma vez que estão profundamente envolvidos por estruturas de dominação que muitas vezes sequer se dão conta. Assim, mantem-se esses jovens na subjetivação, como seres tutelados e “invisíveis”. A autora também pontua que alguns setores de comunicação têm buscado dar voz a essa parcela da população, e que, vez por outra, pode se observar uma resposta da juventude que a torna um pouco mais visível para a sociedade. Entretanto, quando permite-se “dar voz” ao jovem, existe alguém por trás dessa “autorização”. Portanto, até que ponto a resposta é dessa geração juvenil? Até que ponto ela é genuína, uma vez que está sendo requisitada para satisfazer uma necessidade do outro? Esses questionamentos são o ponto de partida da autora para compreender se os jovens podem efetivamente falar/ter voz na nossa sociedade.

Falando sobre o contexto histórico do lugar da juventude no Brasil, Castro (2011) trata sobre o papel da escola no século XX na separação da classe mais privilegiada e da parte mais pobre do país. Enquanto para a elite a escola era o ambiente de se repassar conhecimentos filosóficos, preparação para o trabalho e vida adulta, para a classe menos favorecida as condições escolares não davam suporte adequado, não havia filiação parental, e, portanto, para esses jovens e crianças, só sobravam as ocupações subalternas. Assim, para os pobres, só restava o espaço da rua, o que fez com que se tornassem um “problema social”.

Além da questão da escolarização, o acirramento do modelo capitalístico internacional e sua lógica cultural dominante também foram importantes neste processo de

transformação no contemporâneo, a partir da metade do século XX. A autora ainda traz que a problematização sobre a “visibilidade juvenil que, se, por um lado, alça os jovens à condição de atores no espaço público, os embaralha com textos e “falas” recortados pelos interesses hegemônicos da reprodução capitalística.” (CASTRO, 2011, p. 313). Assim, é preciso pensar as condições contemporâneas de forma dialética: ao mesmo tempo em que a cultura do consumo deu atenção ao perfil dos jovens, produzindo uma concepção libertária da condição juvenil, também o protagonizou no paradoxo neoliberal do individualismo, da busca pelo prazer, pela diversão e pela experimentação (CASTRO, 2011).

Ana Lucia Castro (2011) também problematiza a questão dos direitos “dados” à população jovem. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, estes indivíduos passam a ser considerados como sujeitos de direitos. Mas o que significa na prática esta concessão de direitos? Apesar da tentativa e da utilização do ECA como ferramenta de dar voz aos jovens, ele ainda é uma obra do governo e, como tal, está longe de partir das mãos da juventude. Ainda de acordo com a autora, precisamos nos manter atentos às questões dos direitos, porque eles

Concernem enunciações de determinados setores da sociedade que agregam seus interesses específicos às lutas juvenis e em nome delas. Então tem-se uma certa plurivocidade de enunciações sobre direitos, nem sempre convergentes e, tampouco, condizentes com os interesses do grupo em questão. (CASTO, 2011, p.316)

Faustino e Huning (2015) apontam que, quando se trata de situações de exclusão, colocando os jovens como atores de violência e como sujeitos vulneráveis à violência, não se pode abordar do mesmo modo todo e qualquer jovem, uma vez que a sociedade define os grupos específicos que devem ser os promotores de violência, ao mesmo tempo que vitimiza de forma diferenciada outros grupos. Assim, de acordo com as autoras, é preciso problematizar a relação direta e essencialista que se estabelece entre juventude pobre e violência, ao não se considerar a produção de violência que incide sobre esses mesmos jovens.

De maneira mais ampla, no Brasil, os jovens têm sido considerados pela sociedade como seres em formação/desenvolvimento, exceto a juventude pobre, que é classificada como perigosa ou como predisposta à criminalidade, ainda que se compreenda as condições desiguais às quais as duas formas de juventude citadas tenham sido submetidas, uma vez que o segundo grupo está mais exposto a situações de violência. (FAUSTINO e HUNING)

Com isto, neste trabalho, estaremos atentos para devolver ao jovem em conflito com a lei o seu lugar de construtor da sua própria realidade. Sem ignorar as questões socioculturais e políticas envolvidas no contexto histórico dos indivíduos aqui abordados. O que queremos dizer é que, mesmo sabendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente teve e tem um importante papel na construção da subjetividade do seu público alvo, estaremos atentos às questões estruturais que uma lei específica para uma parcela da população implica. A partir dessas discussões, a presente pesquisa foi disparada pelos seguintes questionamentos: quais aspectos da trajetória de vida de jovens em conflito com a lei estão aparecendo nas publicações científicas sobre a temática no campo da Psicologia? Como esses jovens têm sido retratados nestas produções?



#### **4. OBJETIVO GERAL**

- Compreender de que forma aspectos sociais, econômicos e culturais da vida de jovens em conflito com a lei estão aparecendo em artigos científicos de Psicologia;

##### **4.1 Objetivos Específicos**

- Discutir de que forma os jovens em conflito com a lei estão sendo retratados em trabalhos científicos sobre o contexto de suas histórias de vida;
- Categorizar o que se tem apontado no histórico desses adolescentes nas pesquisas em Psicologia;
- Analisar as problematizações construídas nos trabalhos sobre jovens em conflito com a lei e suas consequências teórico-metodológicas.

## 5. METODOLOGIA

Para conhecer os aspectos sociais, econômicos e culturais da vida dos jovens em conflito com a lei descritas na literatura científica, este trabalho utiliza como método de pesquisa a revisão bibliográfica do tipo integrativa. De acordo com esse método, buscamos os trabalhos sobre a temática publicados em periódicos eletrônicos que datassem a partir da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1994) e analisamos criticamente as suas informações.

A revisão integrativa se mostra interessante, porque ela nos permite verificar o que e como se tem tratado a temática da juventude em conflito com a lei nos artigos científicos. Além disso, a revisão integrativa permite agregar informações e apontar discordâncias nesses trabalhos. Também possibilita apontar as lacunas sobre a temática nos estudos em questão. A revisão integrativa mostrou-se interessante para a realização deste trabalho porque ela

Inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando a síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos. Este método de pesquisa permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo (MENDES, SILVEIRA & GALVÃO, 2008, p.759).

Por meio da revisão integrativa, buscamos sintetizar o que se tem produzido na área da Psicologia sobre a trajetória de vida dos jovens em conflito com a lei, e, com isso, poderemos possibilitar a o desenvolvimento de novos estudos sobre o tema.

A questão norteadora da seleção de estudos foi: “o que a literatura da psicologia e áreas afins tem apontado sobre a vida dos jovens em conflito com a lei que possam ter contribuído para seu ingresso no mundo do crime?”. A partir desse questionamento, utilizamos os descritores “jovens”, “conflito”, “lei”, “infratores” e selecionamos os trabalhos que tratavam sobre a nossa pergunta de partida.

## 6. RESULTADOS

Para selecionar os estudos acerca do assunto, utilizamos as plataformas de bases de dados Scielo e PePsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). Na base de dados Scielo, com os descritores “jovens”, “conflito”, “lei”, foram encontrados 35 artigos. Desses, três foram excluídos, por serem redigidos em outra língua, um porque se tratava de uma revisão sistemática e 28 foram excluídos por não terem a ver com o tema desta pesquisa, restando três aptos para a análise neste trabalho. Com o descritor “infratores”, foram localizados 89 artigos, dos quais 26 foram excluídos, por serem de outra língua, um por ser revisão integrativa, 10 eram repetidos e 37 não tinham correlação com o que se pretende estudar aqui e foram excluídos após a leitura do resumo. Assim, foram localizados cinco trabalhos a serem analisados. No PePsic, com os descritores “jovens”, “conflito” e “lei” foram encontrados 15 trabalhos. Um se tratava de uma revisão bibliográfica e os outros 14 tinham outros enfoques, que não se encaixavam no desse trabalho. Com o descritor “infratores”, foram localizados 23 trabalhos. Dois foram excluídos, por se tratar de revisão, dois por serem em outra língua, 18 por tratarem outra temática, restando um artigo para ser trabalhado.

Com isso, foram localizados oito artigos que tratam sobre o contexto de vida dos jovens em conflito com a lei, publicados entre 1999 e 2017. A tabela 1 apresenta os motivos de exclusão dos estudos localizados sobre jovens em conflito com a lei que não adentraram esta pesquisa e a quantidade de artigos excluídos.

<b>Crítérios de Exclusão</b>	<b>Quantidade de Artigos</b>
Revisões Sistemáticas	05
Artigos em outra língua	31
Artigos com outro foco	83
Trabalhos repetidos	10

Tabela 1

Os artigos com outro foco não tinham a ver com a temática de história de vida desses sujeitos.

Para a organização deste estudo, codificamos os artigos a serem analisados com um código alfanumérico e os dispomos em ordem de publicação, do mais antigo ao

mais recente, na tabela a seguir, especificando o código, o nome do artigo, o ano de publicação e a área de orientação do trabalho.

<b>Código</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Ano</b>	<b>Área</b>
<b>A1</b>	Criando Caim e Abel: pensado a prevenção da infração juvenil	1999	Psicologia
<b>A2</b>	O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias	2004	Psicologia
<b>A3</b>	Adolescência em Conflito com a Lei: a intensidade da história de vida em ato	2005	Psicologia
<b>A4</b>	Adversidade familiar e problemas comportamentais entre adolescentes infratores e não-infratores	2008	Psicologia
<b>A5</b>	Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar	2008	Psicologia
<b>A6</b>	Violência e Fragilidades nas Relações Familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei	2012	Psicologia
<b>A7</b>	Trajetórias Escolares de Adolescentes em Conflito com a Lei: subsídios para repensar políticas educacionais	2015	Psicologia
<b>A8</b>	Suporte familiar e autoconceito infanto-juvenil em acolhidos, escolares e infratores	2017	Psicologia

Tabela 2

A partir da leitura dos artigos, foi possível identificar algumas temáticas recorrentes e que apresentam resultados semelhantes entre eles. As principais temáticas são: família, questão escolar, drogas e situação socioeconômica. Essas temáticas serão categorizadas a seguir, a fim de facilitar a compreensão desses dados.

### **6.1 Relações familiares**

Foram identificados seis artigos que trouxeram informações sobre a família desses jovens. São eles A1, A2, A3, A4, A5 e A6.

A pesquisa A1 (ASSIS e SOUSA, 1999) entrevistou 32 jovens em conflito com a Lei que estavam cumprindo alguma medida socioeducativa por crime grave (tráfico de drogas, assaltos, homicídio, tentativa de homicídio, tentativa de estupro etc.) e 32 irmãos ou primos destes jovens, para compreender as diferenças nos seus caminhos, por meio da metodologia de história de vida. A idade média dos jovens infratores era de 16 anos, enquanto a de seus irmãos/primos era de 20 anos.

Sobre o contexto familiar, apenas 21% dos jovens infratores entrevistados ainda tinham pai e mãe morando juntos, e, entre os seus irmãos/primos, esse número sobe para 32%. Também foi relatado a ausência da mãe nos lares e o distanciamento da figura paterna, por abandono familiar ou por morte. Relatam pouco diálogo intrafamiliar e excessivas situações de violência dentro da família, inclusive o envolvimento de parentes com outros atos infracionais. Os jovens que não relataram envolvimento familiar em outros crimes somam apenas 14% do total de entrevistados.

Entre as principais distinções entre a vida dos primos e irmãos dos jovens infratores, apareceu que os que não se envolveram com a criminalidade possuíam maior contato com os pais durante a infância. Além disso, os cuidados iniciais durante a infância com os jovens infratores também foram mais precários e o contato com a família estendida foi mais restrito.

A pesquisa A2 (FEIJÓ e ASSIS, 2004), foi realizada com 61 jovens em cumprimento de medida socioeducativa, nas cidades do Rio de Janeiro e Recife. A idade dos jovens variou entre 13 e 18 anos, sendo que desses, metade tinha 17 anos.

Como resultado da pesquisa, observou-se que a maioria dos jovens provinha de famílias divididas, em que o pai ou abandonara a mãe, ou já havia constituído outra família com outro (a) companheiro (a) e filhos, ou morreram, representando 37,5% dos entrevistados. Desses, 35% não mantêm contato ou apenas mantêm contato esporádico com o pai, 17% não possuem bom relacionamento com o pai e 45,9% relatam ter uma relação afetiva com a figura paterna. Constatou-se que 82% possuem um bom relacionamento com a mãe. As autoras analisam as informações, como promovendo uma imagem idealizada da figura materna. Três jovens relataram ter um relacionamento insatisfatório com a mãe e dois descreveram um mau relacionamento com suas progenitoras. Cinco disseram que suas mães faleceram ou abandonaram o lar. Ou seja, dez

adolescentes não possuem relação positiva com suas mães. Dos pesquisados, apenas 21,5% tinham pai e mãe juntos. (FEIJÓ e ASSIS, 2004)

Muitos entrevistados apresentavam problemas familiares, e alguns sequer conseguiam falar sobre isso. Um dos jovens entrevistados não tinha nenhum contato com a família e morava em uma casa com outros traficantes. Este jovem não quis responder sobre como era sua relação com seus familiares, mas deixou transparecer, de acordo com as autoras, certa mágoa por a família não ter buscado procurá-lo. Outro dado importante é que cerca de 13,1% dos jovens entrevistados não possuem contato com a família estendida e 16,4% possuem pouca relação com estes familiares, somando quase 30% do total de entrevistados. (FEIJÓ e ASSIS, 2004)

A maioria dos jovens entrevistados não teve cuidados da mãe na infância, seja por abandono, por a mãe trabalhar fora de casa ou mesmo por falta de interesse dela em relação ao filho. Os que receberam cuidado da mãe desde bebês somam apenas 19,6% dos entrevistados. (FEIJÓ e ASSIS, 2004)

Sobre violência familiar, a maioria dos jovens já foi vítimas de algum deste tipo de violência. Também houve muitos relatos de maus-tratos psicológicos, em que os jovens se sentiam rejeitados pela família. Desses, 17,4% sentiam rejeição, somente. Em outros casos, havia a rejeição combinada com terror. Alguns deles relataram sentir-se rejeitados por ocasião de separação dos pais ou morte de algum dos dois, pois o sentimento de isolamento apareceu nos relatos. (FEIJÓ e ASSIS, 2004)

O trabalho A3, de Macedo e Tomasi (2005), apresenta uma análise da vida de quatro jovens em conflito com a lei. A idade dos jovens varia entre 12 e 17 anos, em que todos possuem histórico de abandono parental, tanto pela mãe quanto pelo pai, e três deles possuem passagem por abrigo.

Os autores notaram, a partir dos relatos coletados, a marcante experiência de abandono vivenciada por esses jovens, inclusive por parte de suas mães. Como dito anteriormente, os pais também os abandonaram, alguns antes mesmo de seu nascimento, e outros durante a infância. (MACEDO e TOMASI, 2005)

Também surgiram questões sobre desamparo relacionados à violência, usada até mesmo como “recurso” para a disciplina desses jovens. O desamparo foi provocado inclusive pelo afastamento das mães, quando elas iam usar crack, demonstrando a

incapacidade dessas mulheres não apenas cuidar dos filhos, como também do cuidado consigo. Os relatos sobre violência foram mais associados à figura paterna, principalmente quando envolvia abuso de álcool por parte dos pais. Esse contexto de abuso de substâncias tanto pela mãe quanto pelo pai desses jovens aponta um ambiente inseguro para essas crianças, ou seja, a própria família oferece um comportamento agressivo e instável como modelo a ser seguido pelos jovens. (MACEDO e TOMASI, 2005)

Também surge como exemplo negativo do contexto familiar desses jovens a prática de algum delito por parte de seus familiares, sejam eles mãe, pai, tios. Inclusive, alguns destes familiares estão cumprindo pena de reclusão, por envolvimento nesses crimes. (MACEDO e TOMASI, 2005)

O artigo A04 (SILVA et. Al, 2008) utilizou, como sujeitos da pesquisa, 40 adolescentes entre 11 e 18 anos. Desses, 17 cometeram atos infracionais e os outros não. Entre os dados relevantes para o presente estudo, aponta-se que a quantidade de famílias monoparentais era bem maior dentro do grupo de jovens infratores.

No trabalho A5, de Branco *et al.* (2008), os autores buscaram caracterizar a rede social dos adolescentes cumprindo medida de internação, além de avaliar esta medida, caracterizar as famílias desses jovens nos aspectos sócio-bio-demográficos e a percepção dos próprios jovens sobre o funcionamento de suas famílias. A metodologia utilizada foi a de Estudo de Caso Individual e envolveu cinco jovens cumprindo medida socioeducativa de internação.

A família ocupou entre 14 e 50% os mapas de rede social dos jovens acompanhados. Um dos jovens destoou dos demais por ter incluído apenas a família no seu mapa, e os autores apontam que esse mesmo jovem foi o que demonstrou maior conflito familiar durante a fase de entrevista semiestruturada, tendo o mais baixo escore de funcionamento familiar. Os pesquisadores apontam ainda que a idealização da família por esse jovem na primeira etapa da pesquisa pode estar ocultando uma carência afetiva e que a agressividade dos pais desse jovem parece ter uma influência de reforçar o comportamento infracional do adolescente. (BRANCO et al., 2008)

Os autores também apontam a figura da mãe como o centro da família, pois ela é sempre a primeira a ser mencionada pelos entrevistados, seguida pelos irmãos, e o pai acaba sendo uma figura periférica neste cenário. As notas de funcionamento familiar foram baixas e os adolescentes demonstraram não se sentir à vontade para conversar, falar das

suas dificuldades ou pedir ajuda para os familiares. Praticamente todos os jovens falaram da influência dos amigos para o cometimento do ato infracional ou uso de drogas, além da insatisfação com os mesmos por sumirem nos momentos de dificuldades, como na ocasião da internação. (BRANCO et al., 2008)

No artigo codificado com A6 (ZAPPE e DIAS, 2012), as autoras buscaram investigar a relação entre a prática de atos infracionais e as relações familiares de jovens em conflito com a lei. Também buscaram compreender de que forma os aspectos da dinâmica familiar vivenciada pelos jovens interferem em seus processos psíquicos, podendo leva-los à prática de atos infracionais. Para isso, participaram de sua pesquisa cinco jovens em privação de liberdade e foi utilizado como metodologia de análise de dados o estudo de casos múltiplos. (ZAPPE e DIAS, 2012)

Dos cinco jovens entrevistados, três deles relataram violência doméstica por parte do pai e um deles enfatizou muito a violência física que sofreu dos pais, desde criança. Em um dos casos, a violência apareceu com o relato do assassinato do irmão do jovem entrevistado e o único participante que não relatou situações de violência em sua vida não foi colaborativo com a pesquisa, o que pode ser que a falta de relato não implique que de fato a violência não existiu em sua trajetória. (ZAPPE e DIAS, 2012)

Todos os jovens exaltaram a importância das suas mães em suas vidas e um deles relatou que o pai é tão importante quanto a mãe. Os outros quatro disseram não se relacionar com o pai de maneira nenhuma. As autoras também apontam uma certa idealização da figura materna, uma vez que, mesmo relatando sofrer violência física proveniente da mãe, desde a infância, um dos jovens relatou que a mãe era tudo em sua vida. As pesquisadoras também perceberam uma identificação dos jovens com a figura paterna, onde quatro dos cinco entrevistados afirmaram repetir comportamentos dos seus pais, que são considerados negativos, como beber, usar drogas, cometer assaltos, violência etc. E a associação entre seus comportamentos e os comportamentos de seus pais foi feita abertamente pelos quatro jovens. (ZAPPE e DIAS, 2012)

O artigo A8 (BAPTISTA et al., 2017) buscou analisar a percepção do suporte familiar e do autoconceito em três grupos distintos de crianças e adolescentes. O primeiro grupo (G1) é constituído por 68 crianças e adolescentes, com idades entre 10 e 16 anos, acolhidos em uma instituição por negligência familiar ou suspeita de abuso. O grupo dois (G2) é composto por 58 alunos de duas escolas públicas situadas em periferia de uma



cidade do interior paulista, a idade deste grupo variou entre 10 e 16 anos. O terceiro grupo era composto por 31 jovens em cumprimento de medida socioeducativa, acompanhados por uma instituição no interior de São Paulo. A idade dos jovens desse grupo variou entre 14 e 18 anos. (BAPTISTA et al., 2017)

Enquanto no G2 63,8% dos jovens acompanhados vivia com a família nuclear, composta por pai, mãe e irmãos, no G3, apenas 16,13% dos jovens morava com os pais biológicos e irmãos. Todos os adolescentes acompanhados estudavam em escola pública, sendo que nos G1 e G3 as séries que esses jovens estavam cursando nem sempre correspondia à série escolar adequada às suas idades. (BAPTISTA et al., 2017)

Com relação às respostas dadas aos instrumentos pelos integrantes do G1, esse grupo foi o que apresentou uma percepção do suporte familiar e de autoconceito com médias mais baixas. De maneira geral, perceberam o suporte familiar como inadequado e apresentaram um menor autoconceito. Esses resultados podem ser justificados pelo fato de esses jovens estarem afastados do convívio familiar por situações de violência cometida pelas suas próprias famílias. Já o G3, apresentou uma média maior no autoconceito, percebendo-se como fortes, populares e líderes. O G2, por ser um grupo mais heterogêneo, apresentou resultados mais variados de autoconceito e de suporte familiar. (BAPTISTA et al., 2017)

## **6.2 Situação Escolar**

Cinco dos oito artigos estudados apresentaram informações sobre a situação escolar dos jovens acompanhados. De acordo com os dados apresentados no A1 (ASSIS e SOUSA, 1999), apesar de nos dois grupos de jovens, os infratores e seus primos/irmãos, a escolaridade não estar adequada à idade, o grupo de jovens infratores possui escolaridade bem mais baixa do que a de seus irmãos ou primos. Entre os jovens infratores, metade só estudou até a quarta série do primeiro grau e a outra metade não chegou ao segundo grau. Entre o outro grupo, cinco alcançaram o segundo grau e 20 deles estavam entre a quinta e a oitava séries. Os autores apontaram ainda que mais de 70% dos jovens entrevistados já haviam deixado a escola no momento da entrevista, a maioria alegou que precisava trabalhar e não conseguia conciliar. Alguns apontaram também desentendimentos com os professores, chegando até em agressões físicas. Também perceberam a dificuldade de supervisão dos pais com a frequência escolar desses jovens.

No artigo A2 (FEIJÓ e ASSIS, 2004), apesar de a escolaridade dos sujeitos variar entre primeira e oitava série, que representam o segundo e nono anos na nomenclatura atual, a maioria dos jovens relatou dificuldades de ler e escrever.

Já no A3 (MACEDO e TOMASI, 2005), todos os jovens entrevistados abandonaram a escola, desde o terceiro ano do ensino fundamental, até o primeiro ano do ensino médio. Metade deles foi expulsa da escola e outra metade desistiu dos estudos. Antes de interromperem os estudos, todos os jovens tiveram histórico de conflito com colegas e/ou professores, incluindo brigas. Um dos adolescentes estava envolvido com tráfico de drogas e todos os quatro com roubo ou furto.

As informações acerca da escolaridade dos jovens em conflito com a lei no artigo A4 (SILVA et. Al, 2008) dão conta de que o atraso escolar foi bem maior do que no grupo de jovens sem envolvimento com a criminalidade. Do grupo de jovens infratores, dos 17 adolescentes com idade de terem concluído o ensino fundamental, 15 não concluíram. Já no A5 (BRANCO et al., 2008), a pesquisa apontou que nenhum dos cinco jovens está frequentando a escola ou trabalhando, e justificaram o fato de não trabalharem por estarem cumprindo a medida de internação e de não estarem frequentando a escola porque antes de iniciarem a medida a escola estava em greve.

A pesquisa A7 (BORBA et al., 2015) buscou compreender, por meio da análise dos históricos escolares de todos os adolescentes egressos dos equipamentos articulados no processo de cumprimento de medida socioeducativa, de uma cidade de porte médio do estado de São Paulo, entre os anos de 2001 e 2009, de que forma, socialmente, permite-se a constituição de estigmas nos jovens de classes populares autores de ato infracional, tendo como foco a sua trajetória escolar.

Foram encontrados 8.213 registros desses jovens, que continham o nome, ano de nascimento, data de passagem pela instituição, número do boletim de ocorrência e tipo de medida socioeducativa aplicada. Os dados sobre gênero apontaram que 6.885 (86,2%) dos registros eram de meninos e apenas 1.105 (13,8%) eram de meninas. Ou seja, quase 90% dos crimes cometidos por adolescentes neste período foram praticados por homens. Entre os atos infracionais cometidos, estão furto (22%), outros (18%), porte ou uso de drogas (9,63%), averiguação suspeita (9,42%), descumprimento de medida judicial, lesão corporal, tráfico de drogas, dano, roubo simples e ameaça. Os pesquisadores fizeram um corte de delineamento de pesquisa, baseados na faixa etária estabelecida pelo ECA, entre

12 e 18 anos, e também passaram a considerar apenas o primeiro delito cometido pelos jovens. Assim, o número de registros analisados caiu para 3.557 nomes. Destes, apenas o histórico escolar de 2.969 jovens foram localizados. Destes, 78% são do sexo masculino e 22% do sexo feminino. (BORBA et al., 2015)

Sobre a situação escolar desses jovens, os dados obtidos mostraram que apenas 12% dos adolescentes em conflito com a Lei estão estudando, 23% concluíram o Ensino Médio e 65% estão evadidos da escola. Os autores ainda apontam que, com base em pesquisas do Ministério da Educação, comparando com as informações obtidas sobre a situação escolar dos jovens de São Paulo, os adolescentes com passagem nos sistemas socioeducativos possuem 2,6 menos chances de concluir os estudos do que os que não possuem. Os dados também apontaram que 65% dos adolescentes infratores estavam egressos do sistema escolar na época da infração e 30% repetiram a série no ano anterior à evasão, o que mostra que a escola deve estar atenta aos processos de repetência. (BORBA et al., 2015)

A média de repetência dos jovens egressos do sistema socioeducativo é de 3 vezes. Apenas 16% dos jovens acompanhados não tinha histórico de repetência, o que significa que 83,7% deles já repetiram de série na escola. De acordo com dados apresentados pelos autores, a média brasileira de repetência é de 20%, o que aponta que esses jovens estão muito acima da média de repetência escolar da população. (BORBA et al., 2015)

A média de mudança escolar entre esses adolescentes foi de quatro vezes. Isso se mostra problemático, porque a trajetória escolar desses jovens foi mais curta que o normal, variando entre seis e oito anos. Isso significa que muitos desses jovens egressos do sistema socioeducativo não conseguiram criar vínculos com as instituições escolares que frequentaram. (BORBA et al., 2015)

Outro dado importante trazido pelos autores diz respeito à defasagem escolar. Enquanto a média nacional é de 3,8 anos de atraso, a média dos jovens em estudo neste trabalho foi de seis anos. Este fato ainda é agravado pelo fato de que muitos deles nem chegarão a concluir o Ensino Médio. A distorção entre série e idade dos jovens egressos chegou a 98% de taxa de defasagem, enquanto no Brasil a média é de 82,6%. (BORBA et al., 2015)

No que diz respeito ao tipo de escola frequentada pelos jovens em análise neste estudo, 98% vinha de escola pública, 2% na escola privada e 0,4% do sistema SESI. Os dados também apontaram que todas as escolas públicas frequentadas por esses jovens ficam localizadas em regiões de periferia. (BORBA et al., 2015)

### **6.3 Drogas**

Apenas três dos artigos aqui analisados trouxeram informações sobre a relação dos adolescentes com as drogas.

No A1 (ASSIS e SOUSA, 1999), entre os jovens em conflito com a lei, a maioria relatou consumir constantemente, e o consumo teve início a partir dos 13 anos. Já os seus primos não infratores, relatam já ter recebido o convite para experimentar e a maioria se recusa terminantemente a ter contato com essas substâncias

Já no artigo A5 (BRANCO et al., 2008), a droga esteve presente no relato de quatro dos cinco jovens, seja por uso ou pela venda. O jovem que não relatou uso de drogas foi o que teve a rede social mais completa de todos, citando 12 pessoas e preenchendo três dos quatro quadrantes avaliados e o que melhor avaliou a instituição na qual estão cumprindo a medida. No A6 (ZAPPE e DIAS, 2012), as autoras também indicaram que todos os jovens tinham algum envolvimento com drogas, apesar de não especificarem de que forma.

### **6.4 Condições Socioeconômicas**

No artigo A1 (ASSIS e SOUSA, 1999), as informações sobre a comunidade em que os jovens estão inseridos dão conta de que a maioria dos jovens entrevistados provinha de uma classe social mais vulnerável e morava em favelas. Assim, de acordo com os autores, estes jovens tinham precário acesso a infraestrutura e equipamentos de lazer. Entre os dois grupos de jovens entrevistados, ficou evidente a aversão a policiais e a violência na comunidade foi muito relatada por eles. Desse modo, percebe-se que a violência está impregnada em suas vidas desde sempre.

Já o artigo A3 (MACEDO e TOMASI, 2005), sobre os aspectos econômicos, apresenta dados que mostram que apenas 8,7% dos jovens entrevistados vinha de família de classe média baixa. A maioria dos jovens reside em bairros menos privilegiados e relata dificuldades econômicas na infância, como passar fome. Outro dado importante é que

51,7% dos familiares dos entrevistados tem alguma relação com drogas e apenas 10,9% dizem não ter histórico de envolvimento dos familiares em ato infracional.

## 7. DISCUSSÃO

De acordo com os resultados obtidos a partir da revisão integrativa de artigos sobre a trajetória de vida dos jovens em conflito com a lei, observou-se que a maioria destes jovens sempre viveu em situação de vulnerabilidade social e familiar, uma vez que a boa parte deles é de classe econômica baixa e teve histórico de abandono parental, por parte de pai, mãe ou ambos. Sobre a vulnerabilidade social, Abramovay pontua que

O não-acesso a determinados insumos (educação, trabalho, saúde, lazer e cultura) diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade para ascender social-mente. (2002, p.33)

Ademais, esses adolescentes, em sua maioria, tiveram uma relação conturbada com a escola, passando por repetência desde as séries iniciais, conflitos com colegas e professores, além da expulsão, que gera o abandono escolar. A escola deve proporcionar um ambiente de acolhida e segurança para crianças e jovens e, quando a relação com este ambiente não é satisfatória, o adolescente acaba por perder um importante laço social, uma vez que a escola

é considerada o principal instrumento para a elevação dos níveis de capital humano e para promover o bem-estar de jovens e adolescentes. Além disso, a interação que surge nas escolas também acumula capital social, já que ali se constroem relações sociais, redes de amigos e contatos. Neste sentido, a educação em conjunto com a família constitui um dos espaços tradicionais de socialização entre os jovens. (ABRAMOVAY, 2002, p.38)

Surge também a problemática com as drogas, onde praticamente todos os jovens cumprindo medida socioeducativa acompanhados pelos trabalhos aqui analisados tiveram algum contato com essas substâncias, direta ou indiretamente, além do envolvimento dos seus familiares tanto com drogas, quanto com contravenções.

Todos os artigos que apresentaram dados sobre essas categorias obtiveram dados semelhantes. Isso pode significar que os que não entraram em acordo, na verdade não o fizeram por não apresentaram informações sobre estes dados. O artigo A7 (BORBA et al., 2015), que trata sobre a trajetória escolar desses jovens, foi realizado utilizando apenas históricos escolares, o que quer dizer que não foram avaliadas questões familiares e sociais mais específicas destes jovens, bem como a voz deles não foi ouvida.

Os trabalhos A2 (FEIJÓ e ASSIS, 2004), A5 (BRANCO et al., 2008) e A6 (ZAPPE e DIAS, 2012) apontaram grande importância das relações familiares para estes adolescentes, principalmente em relação à figura materna. Isto porque os jovens que

apresentaram relatos de violência por parte de suas próprias mães, também disseram que elas eram tudo em suas vidas. Essa contradição reforça a centralidade do papel materno exercido pela mulher nas famílias em questão e aponta o estereótipo da mãe como “responsável pelo cuidado e mediação das relações familiares. Cabe a ela, normalmente, a função de cuidadora do lar e dos filhos, o que exige que converse e permaneça atenta às necessidades e interesses de todos os membros da família” (WAGNER et al., p. 79, 2002). Ainda que estas mulheres não tenham desempenhado, na realidade, o cuidado adequado a estes jovens durante a infância. A centralidade na figura materna, mesmo quando esta tenha praticado alguma violência contra seus filhos, demonstra também a fragilidade de uma rede de apoio a quem o jovem pudesse recorrer.

Sobre a forma que esses jovens estão aparecendo nas pesquisas, observa-se que, mesmo os trabalhos que utilizam uma abordagem qualitativa, acabam dando muito mais ênfase aos dados quantitativos, uma vez que há poucas transcrições ou análises das falas dos adolescentes nestes estudos. O artigo A2 (FEIJÓ e ASSIS, 2004) deu ênfase às expressões dos jovens, uma vez que as autoras relatam a dificuldade deles em estabelecer uma linha cronológica dos acontecimentos em suas vidas, assim como a falta de hábito de falarem sobre suas experiências. Contudo, é importante lembrar que a organização cronológica, aparentemente natural, na verdade, é fruto de uma experiência de escolarização, a qual foi muito conturbada para estes jovens. Sobre este processo, Acorsi (2007, p. 59) demonstra que

é possível pensar na escola como uma grande maquinaria implicada no processo civilizador e conseqüentemente como produtora de um determinado “tipo” de sujeito, idealizado pelo projeto moderno de educação. Essa mediação entre a sociedade e o sujeito se estabelece pela aprendizagem, pois “ao ensinar” conteúdos, comportamentos, hábitos e atitudes, a escola vai enformando os sujeitos conforme seu objetivo primeiro: o disciplinamento e a civilização.

Neste sentido, precisa-se estar atento às singularidades de cada ser humano em um momento de escuta, pois sua fala é um reflexo das suas experiências e demonstram a organização das mesmas por parte destes indivíduos.

As autoras também observam mobilização dos sentimentos expressados por esses jovens através de pausas, reticências ou olhos lacrimejados ao falarem sobre temas que muito tocam suas vidas. Também apresentaram na pesquisa o relato dos adolescentes sobre nunca antes alguém ter passado tanto tempo ouvindo sobre sua história, além da surpresa de as pesquisadoras não estarem interessadas em seus atos infracionais e sim nas suas experiências de vida.





## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados encontrados nesta revisão integrativa, percebe-se que o número de artigos que abordam questões acerca dos aspectos sociais de jovens em conflito com a lei é muito baixo em relação às produções encontradas, uma vez que há apenas dois trabalhos com esta proposta datados dos últimos cinco anos. A escassez de pesquisas relacionadas ao passado dos jovens em conflito com a lei é um impeditivo para que se planejem medidas socioeducativas mais efetivas a evitar a reincidência desses adolescentes. A elaboração de novos estudos sobre a temática também se faz necessário para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas à realidade de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Diante do que foi apresentado, considera-se que a escola, a família e a comunidade em que esses jovens estão inseridos podem ser importantes aliados nos processos de definição de caminho dessa juventude e merecem especial atenção para que possam garantir um desenvolvimento seguro desses indivíduos. É necessário que haja espaços que propiciem a escuta desses jovens, para que se sintam representados e que sejam sujeitos ativos na produção de elementos sobre sua realidade.

Definir a adolescência em si própria como um fator predisposto a levar jovens para o mundo do crime por seu caráter de intensas mudanças corporais e psicológicas é uma delimitação frágil, uma vez que há muito mais fatores em comum na vida de jovens nesta situação que iniciaram desde a primeira infância, como a falta de cuidado materno, o abandono parental, o pouco contato com a família estendida, entre outros. Por isso, é preciso que a sociedade esteja atenta às situações de vulnerabilidades de suas crianças para que estas possam exercer sua cidadania mais plenamente.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. Número especial: Juventude e Contemporaneidade. São Paulo: ANPED, (5-6), 25-36. 1997.

ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ACORSI, Roberta. **(Des)encaixes: espaço e tempo na escola contemporânea**. Dissertação (Mestrado). Canoas: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp117759.pdf>> Acessado em 27 de novembro de 2018.

ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de. Criando Caim e Abel: pensando a prevenção da infração juvenil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 131-144, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81231999000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 05 Nov. 2018.

BAPTISTA, M. N.; RUEDA, F. J. M.; BRANDAO, E. M. Suporte familiar e autoconceito infantojuvenil em acolhidos, escolares e infratores. Psicol. pesq., Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 1-2, jun. 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-12472017000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472017000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 05 nov. 2018.

BORBA, P. L. de O.; LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei: subsídios para repensar políticas educacionais. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 937-963, Dec. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362015000400937&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000400937&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 05 Nov. 2018.

BRANCO, Bianca de Moraes; WAGNER, Adriana; DEMARCHI, Karina Adriani. Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 125-132, 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722008000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000100016&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 05 Nov. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF

CASTRO, L. R. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: Moreira, M. I. C.; Dayrrell, J. (Org.). *Juventudes Contemporâneas: um mosaico de possibilidades* (299-324). Belo Horizonte: Puc Minas. 2011.

COIMBRA, C. M. B. & NASCIMENTO, M. L. **Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?** *JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventud*, ano 9, 22, 338-355. 2005.

FAUSTINO, G. O. & HUNING, S. M. **O plano “Juventude Viva” em Alagoas e a naturalização da relação entre juventude e violência**. In: SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza (orgs). *Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FEIJO, M. C.; ASSIS, S. G. de. **O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias.** Estud. psicol. (Natal). Natal, v.9, n. 1, p. 157-166, Abril. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2004000100017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100017&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 05 Nov. 2018.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. **Revisão integrativa:** método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, Dez. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 13 julho de 2017.

PAIVA, I. L.; OLIVEIRA, I. F. **Juventude, violência e políticas sociais: da criminalização à efetivação de direitos humanos.** In: SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza (orgs). Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

SILVA, M. D. F. D. T; FARIAS, M. A.; SILVARES, E. F. de M.; ARANTES, M. C; **Adversidade familiar e problemas comportamentais entre adolescentes infratores e não-infratores.** Psicologia em Estudo. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122111017>> Acessado em 27 de novembro de 2018.

TOMASI, Laura Oliveira; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. **Adolescência em Conflito com a Lei:** A Intensidade da História de Vida em Ato. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 31, n. 1, p. 53-63, Mar. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722015000100053&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722015000100053&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 05 Nov. 2018.

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. Direitos da População Jovem: um marco para o desenvolvimento. 2ª ed. Brasília: 2010.

WAGNER, A.; FALCKE, D.; SILVEIRA, L. M. B. O.; MOSMANN, C. P. **A Comunicação Em Famílias Com Filhos Adolescentes.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1, p. 75-80, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v7n1/v7n1a08.pdf>> Acessado em 27 de novembro de 2018.

ZAINE, Isabela; REIS, Maria de Jesus Dutra dos; PADOVANI, Ricardo da Costa. **Comportamentos de bullying e conflito com a lei.** Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 27, n. 3, p. 375-382, Sept. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2010000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 05 Nov. 2018.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DIAS, Ana Cristina Garcia. **Violência e fragilidades nas relações familiares:** refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 17, n. 3, p. 389-395, Dec. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2012000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 05 Nov. 2018.